

Restauração econômica

Economia Brasil

21 MAR 1985

As medidas de austeridade postas em vigor pelo novo governo, entre as quais se destacam o corte de dez por cento nas despesas dos ministérios, a suspensão por sessenta dias das aplicações ativas dos bancos oficiais, o controle dos gastos das estatais com rigida observação do cronograma de pagamentos dos compromissos externos e, finalmente, a proibição de contratação de servidores por um ano se situam dentro dos compromissos da Nova República de buscar a restauração econômico-financeira nacional.

Com a suspensão das aplicações ativas dos bancos oficiais, da qual se excluem apenas as operações do Banco Central e do Banco do Brasil, pretende-se enxugar os meios de pagamentos por um período limitado, a fim de aliviar as pressões creditícias sobre o crescimento anormal dos preços da economia. E as demais providências, todas colocadas dentro de um esquema articulado e orgânico, visam a reduzir o déficit público, considerado o fator mais insolente de expansão inflacionária.

Através da adoção dessas decisões, dá a nova administração política do País a dimensão de suas preocupações com os problemas de ordem econômico-financeira, de cuja superação de-

penderá o equilíbrio no sistema produtivo e a retomada do crescimento. O primeiro alvo é, sem dúvida, a inflação. Não poderá o Brasil aspirar ao restabelecimento da normalidade econômica se a inflação continuar galopando a 223% ao ano, para tomar como base o índice de 1984.

O prosseguimento de políticas perdulárias não estaria de acordo com a situação do País. Apesar do desempenho da balança comercial em 1984, marcado por um saldo de cambiais da ordem de treze bilhões de dólares, o fato é que o dilema brasileiro perdura. Há uma dívida externa pendente de cem bilhões de dólares; a dívida interna já ultrapassa a casa dos cem trilhões de cruzeiros, da qual uma terça parte vencerá agora em abril; segmentos significativos do parque industrial continuam desativados; ascende a sete milhões o número de desempregados; e a produção de gêneros alimentícios, há quatro anos estagnada em torno de cinqüenta milhões de toneladas de grãos, não satisfaz às necessidades criadas pela progressão populacional.

Diante de um quadro tão desestimulante como esse, é evidente que a Nação estava à espera de uma política de austeridade. E, pelo teor das medidas adotadas,

verifica-se a adoção de um critério de seletividade, de modo que, ao invés de agravarem os sinais da recessão, possa compatibilizar-se com as aspirações de crescimento da sociedade brasileira. Aliás, foram nesse sentido as explicações oferecidas à opinião pública pelo ministro do Planejamento, João Sayad.

Cabe apenas lembrar às novas autoridades da área econômico-financeira que outras providências de ordem complementar, seguramente já em cogitação, devem seguir obedientes ao critério de seletividade, a fim de não criarem dificuldades de natureza recessiva. A economia brasileira, como é notório, possui elevado grau de estatização, algo em torno de 60%. E, assim, há aí um fator de extrema sensibilidade. Alterações que possam suscitar desequilíbrios mais profundos no setor estatizado seguramente desbordarão consequências sobre todo o sistema econômico. Como, porém, as diretrizes estão sendo adotadas na linha dos estudos anteriormente elaborados, conforme relatório submetido ao então presidente eleito Tancredo Neves, não há por que temer desvios prejudiciais à normalização da vida econômico-financeira do País.